A força das mulheres na indústria

» ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



As empresas industriais brasileiras estão, cada vez mais, empenhadas em promover o aumento da participação feminina na composição de seus quadros de trabalhadores, tanto nas linhas de produção quanto em cargos gerenciais e de chefia. Não apenas pelo imperativo moral, em favor de uma maior equidade social e da efetivação de direitos, mas também pelo aumento da competitividade que diferentes visões e experiências trazem para os negócios.

Atualmente, as mulheres respondem por um quarto da força de trabalho na indústria nacional. Dados do Observatório Nacional da Indústria, da CNI, mostram que, entre 2008 e 2021, houve um aumento da participação delas em cargos de gestão no setor, passando de 24% para 31,8%. Apesar de o índice ser ainda inferior aos demais setores da economia, nos quais as mulheres respondem por quase metade (46,7%) das funções de liderança, na indústria o crescimento foi três vezes maior nesse período: avançou 32,5% contra 9,8% nos demais setores.

Pesquisa inédita realizada pela CNI, divulgada nesta semana em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher, revela que, de cada 10 indústrias brasileiras, seis contam com programas ou políticas de promoção de igualdade de gênero, sendo que 61% afirmam tê-las há mais de 5 anos. A pesquisa — que ouviu mil executivos industriais, sendo 40% mulheres — mostra, também, que 57% dos entrevistados dão importância alta ou muito alta às políticas de gênero. Entre os instrumentos mais usados pelas empresas, estão a política de paridade salarial (77%), a proibição de discriminação em função de gênero (70%), os programas de qualificação das mulheres (56%) e o estímulo à ocupação de cargos de chefia (42%).

Principal representante do setor no Brasil, a CNI, que tem quatro de suas sete diretorias executivas ocupadas por mulheres, vem trabalhando para ajudar as empresas nesse movimento. Em 2022, criou-se o Fórum Nacional da Mulher Empresária, que tem como objetivo principal estimular a expansão da presença feminina na economia. Entre outras ações, o fórum tem identificado as melhores práticas internacionais no que diz respeito ao empreendedorismo entre as mulheres e à igualdade de condições no mundo do trabalho para incentivar sua adoção no país.

Também no ano passado, o Senai e o Sesi, coordenados pela CNI, colaboraram ativamente na implantação da Estratégia Nacional de Empreendedorismo Feminino — Brasil para Elas, do governo federal, oferecendo vagas gratuitas em cursos de qualificação presencial e a distância. Foram realizadas caravanas em 14 estados, com 15 mil mulheres capacitadas. O plano das duas entidades é ampliar a atuação na educação profissional das mulheres em todo o país, o que dará um impulso à diversidade de gênero nas indústrias.

Como há uma tendência de crescimento na oferta de ocupações nas áreas de ciências, engenharia e matemática, com estimativa da abertura de 180 mil oportunidades até 2025, é preciso que haja incentivos para a inserção de mulheres nessas carreiras. Isso aumenta a importância da contribuição do Sesi e do Senai na formação feminina em profissões que integram a Indústria 4.0 (novas formas de produção condicionadas pela digitalização da economia) e em atividades tradicionalmente consideradas masculinas.

A igualdade de gênero e a plena participação feminina na vida econômica estão entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), com os quais o Brasil se comprometeu. Os 12 países que, por enquanto, garantem direitos iguais entre homens e mulheres são membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), instituição na qual o Brasil está em processo de adesão. Precisamos nos aproximar das práticas dessas nações nessa área.

Esses países destacam-se por ações de recrutamento ativo de mulheres para posições de liderança e pelo aumento da transparência das empresas quanto à divulgação de suas políticas de remuneração, além de mentorias, formação de redes e programas de capacitação. Segundo a OCDE, é necessário diminuir preconceitos e estereótipos na educação, revisando materiais didáticos, treinando professores e encorajando meninas a seguirem carreiras nas áreas de ciências exatas.

No Brasil, a exemplo do que ocorre em outros países de renda baixa ou média, um dos principais obstáculos ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho formal é a oferta de creches. A existência de vagas em creches de melhor qualidade por valores acessíveis é fundamental para que as profissionais possam se dedicar à carreira com tranquilidade. A OCDE também recomenda a adoção de modalidades de trabalho mais flexíveis, com incentivos para que sejam utilizadas, de forma igualitária, por pais e mães.

O Brasil ainda é um país com grande diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho, com muito a ser feito para assegurar paridade na ocupação das vagas e nas remunerações em funções iguais. A promoção da igualdade de gênero na indústria é um compromisso inarredável para reforçar a cidadania e a participação das mulheres na economia. As empresas que adotam a diversidade e a inclusão são mais inovadoras, dinâmicas, colaborativas e têm um melhor clima organizacional. Por isso, a tendência é que, felizmente, as mulheres ganhem cada vez mais espaço em todas as atividades.

Por que nos matam?

» FÁTIMA SOUSA
Enfermeira sanitarista, doutora em ciências da saúde, é professora da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília

O feminicídio nunca esteve tão presente entre nós. A grande mídia impressa anuncia nossas mortes todos os dias em suas capas de jornal. De 1º de janeiro até o dia 5 de março, foram 1.357 matérias publicadas em 56 veículos distintos no Brasil, sendo 580 delas em portais de notícias e 387 somente no Distrito Federal. Das 18 capas de jornal falando sobre feminicídio no país, 15 foram no DF, que teve 244 notícias jornalísticas publicadas com esse mesmo conteúdo.

Nas matérias e suas capas de primeira página, o que se pode ler é a denúncia do silêncio intercorrente do Estado em torno da violência que se alastra na sociedade machista, patriarcal e preconceituosa que se omite a cada grito de socorro velado entre olhares desviados ou apelos desconsiderados. Um Estado onde a banalidade do mal persiste, apesar dos alertas que nos foram dados por Hannah Arendt.

Estamos cada vez mais expostas aos holofotes e nos tornamos as peças mais badaladas do cenário de horrores que se tornou o sacrifício de mulheres, em especial, as mais jovens, embora nenhuma de nós escape da "seleção" de nosso gênero pelos algozes mais cruéis na face da terra: aqueles que deveriam ser nossos companheiros, pais de nossos filhos, parceiros de todas as horas. Sim, o sapo nem sempre vira príncipe encantado e nos fazem felizes para sempre. Ele permanece sapo e dos mais venenosos, a nos matar com seu ódio por estarmos vivas. Já nos avisava Cássia "[...] quem sabe o príncipe virou um chato [...]".

Estamos à mercê do nosso algoz, que poderia ser educado desde sua origem familiar, assim nos ensinou Nelson Mandela: "Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender e, se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar". Precisamos investir numa educação promotora da paz e não violenta, onde as crianças sejam orientadas a não se tornarem cidadãos esculpidos na ginofobia (medo de mulher), no ódio, na violência e na dor que se estendem a todas as pessoas obrigadas a enterrarem suas filhas, irmãs, mães, tias, sobrinhas e amigas.

Se, por um lado, as agressões físicas, morais e o medo da morte consomem muitas de nós diariamente; por outro, estão aquelas que não têm sequer tempo de fuga, pois são atropeladas, afogadas, enforcadas, baleadas, esfaqueadas, espancadas até a morte. Enquanto isso, aguardamos a celeridade das medidas protetivas, da ação policial, da assistência integral isenta de pré-julgamentos, de uma escola comprometida com a pedagogia da amorosidade e da tolerância como nos ensinou o mestre Paulo Freire.

Ainda tenho fé em assistir a mudanças significativas como a que alcançou a minha geração com a incorporação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7/8/2006) em nossas vidas, mas ainda é pouco. Afinal, por que nos matam? Matam porque os homens são frequentemente considerados superiores a nós, mulheres, o que leva a uma tolerância à violência contra as mulheres e à ideia de que elas são propriedade deles.

A violência doméstica é outro agravante recorrente da falta de proteção que começa dentro de casa e alcança as ruas e locais públicos. Nos matam ainda pela carência de serviços de proteção, como abrigos para vítimas de violência doméstica ou medidas protetivas mais severas, o que deságua na impunidade entre os agressores, portanto, a prevenção ao feminicídio é matéria complexa, mas algumas medidas podem nos ajudar.

É importante promover a educação sobre a igualdade de gênero e a prevenção da violência desde as escolas, o que pode estimular a mudar a cultura e atitudes que toleram a violência doméstica. Proteção e apoio são fundamentais assim como a responsabilização, quando os crimes sejam investigados e punidos com rigor.

Além disso, é importante promover o empoderamento das mulheres, oferecendo oportunidades educacionais e econômicas, encorajando-as a assumir papéis de liderança na sociedade e ocupando espaços de poder para formularem as políticas públicas em defesa da ética da vida. E, não menos importante, é preciso mobilizar a sociedade para a prevenção do feminicídio, por intermédio de campanhas de conscientização, debates públicos e outras iniciativas que promovam a mudança de atitude em relação à violência contra as mulheres, pois o fim do feminicídio é responsabilidade de toda a sociedade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Raios de luz

Razões para a instalação da Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) referente aos acontecimentos de 8 de Janeiro, existem de sobra: "Democracia não suportará política de apaziguamento"; "A defesa da democracia é inegociável"; "A democracia brasileira não será abalada e, muito menos, destruída por criminosos. A sua defesa e de suas instituições é inegociável"; "Houve conivência e omissão criminosa de autoridades nos atos golpistas", afirmou o guardião da Constituição.

Por outro lado, as autoridades jurídicas do país ainda estão boquiabertas com a prisão dos "terroristas" sem direito a audiência de custódia, sem direito a advogados e outros direitos básicos, de centenas de pessoas, idosos, doentes, dependentes de medicações. Todas elas amontoadas num depósito insalubre da Polícia Federal, como entulhos a serem descartados, repetindo cenas que não se via desde que foram revelados os crimes nazistas depois da Segunda Grande Guerra.

Por si só esse deveria ser o leit motif humanitário a ensejar não apenas uma CPI, mas para que sirva de lição a todos aqueles que urdiram toda essa página vergonhosa de nossa história recente. Em 2005, ouvia-se da fala de um torneiro mecânico: " A desgraça da mentira é que você passa a vida inteira contando mentira para justificar a primeira que você contou". Esse é de fato um episódio, que, por suas consequências desumanas e ilegais que recaíram sobre os acampados em frente ao QG do Exército, deve ser esclarecido, ponto por ponto. O cipoal de mentiras que se seguiram a esses fatos, precisam ser desmontados pelos parlamentares que representam a população do país.

Também a velocidade imposta àqueles acontecimentos, justamente de quem preza a venda nos olhos e a balança, atropelando todo o ritual processual básico, impediram que um mínimo de clareza e racionalidade jurídicas viesse à tona, submergindo todo aquele episódio numa narrativa unilateral, que, por suas consequências imediatas e até mediáticas, criaram o que se poderia definir como factóides a favor do novo mandatário que se instalava naquele momento. Com isso, seguiu-se, em cascata, uma série de medidas nitidamente repressivas, vindas das autoridades para abafar quaisquer sinais e sobrevida surgidas da oposição.

Agora, como se não bastasse, pelos vídeos espalhados pelo mar da internet com toda aquela pantomima ardilosamente arquitetada contra os acampados, eis que se delineia no horizonte alguma luz passível de clarear aqueles episódios. Essa luz, obrigando a Justiça a reconhecer a arbitrariedade de centenas de prisões, torna-se ainda mais fulgurante quando se verifica o empenho nervoso com que a atual administração do Brasil volta-se contra a realização da CPI, numa atitude suspeita para abortar a tão temida Comissão.

A mentira, dessa vez, é que a CPI possa atrapalhar votações importantes para o a atual gestão, como é o caso da revisão dos tributos, visando, como se sabe, um arrocho maior na carga tributária. Oferecimento de cargos no segundo escalão como o Banco do Nordeste, Codevasf e outros órgãos e mesmo a ameaça da não liberação de emendas parlamentares estão no cestão de ofertas para enterrar a CPI. Estranhamente tudo para impedir que a verdade se apresente como ela é, capaz de fazer ruir os castelos de areia da mentira, acabando de vez com essa fantasia do marketing canhoto, para quem toda luz jogada sobre o partido e os seus, é um golpe. Um golpe dos raios de luz.

Susto

» Não são raros os aparelhos de celular que superaquecem. Não são raros os casos de tumores no coração, cérebro e glândulas adenais em ratos submetidos às mesmas frequências que celulares. Veja os estudos no Blog do Ari Cunha.

Memória

» Duas propagandas do **Correio Braziliense** marcaram muita gente. Uma, conhecida, mas não divulgada, mostrava um jornaleiro andando pelas quadras com a bolsa cheia de jornais, num dia que estava amanhecendo, meio chuvoso, nublado, e uma flauta tocando as notas do canto então reconhecido: "Olha êeeeee o Correio!". A outra se passava numa banca de jornais onde vários periódicos eram divididos em montes. A câmera focava o **Correio Braziliense** e o locutor dizia enquanto as pessoas pegavam o jornal: "A pilha que dura menos".

Vivendo e aprendendo

» Alguns parlamentares divulgaram em suas bases que coordenariam importantes comissões. Acontece que as negociações correm depois das sugestões e até dos convites. Uma surpresa ingrata para quem inicia os passos na política.

» História de Brasília

As chuvas darão maior trabalho ao dr. Ataualpa e à equipe do DVO. No trevo de distribuição sul, há dois buracos conjugados, em boa disposição para quebrar molas. (**Publicada em 17/3/1962***)*